

Fórum Social da Saúde e Seguridade Social das Américas

II Fórum Social da Saúde no Paraguai

O Fórum Social da Saúde e da Seguridade Social das Américas e o II Fórum Social da Saúde no Paraguai foram realizados entre os dias 8 e 10 de agosto de 2010, no marco do Fórum Social das Américas, que aconteceu entre os dias 11 e 15 de agosto de 2010, em Assunção, Paraguai.

Nesta perspectiva, o debate insere-se no processo de luta contra o neoliberalismo, um modelo de desenvolvimento estruturalmente desigual e excludente que empobrece, enferma e mata sistematicamente milhões de pessoas no mundo, destruindo a base própria da vida. Por outro lado, significa construir um modelo de desenvolvimento justo socialmente, sustentável e democrático, baseado na promoção e realização de todos os direitos humanos para todas e todos.

Dessa forma, nós participantes do Fórum, afirmamos que a construção de Sistemas Universais de Seguridade Social e Saúde é uma condição necessária para a realização da democracia. Por isso, não aceitamos a mercantilização e privatização da seguridade social e saúde, que tem como objetivo central a geração do lucro a partir dos nossos direitos.

Entendemos a universalidade da Seguridade Social e da Saúde como garantia de acesso integral e equitativo às proteções sociais, tais como: trabalho, saúde, previdência social, educação, alimentação e habitação, fundamentais para o bem viver durante toda a vida.

Isso exige um Estado democrático, que tenha um compromisso claro com os direitos humanos e que crie as condições estruturais para a sua realização.

À Sociedade cabe o papel de organizar-se e mobilizar-se permanentemente para compreender a Seguridade Social e a Saúde como um direito humano fundamental de todos e todas e construir um Estado voltado para este fim. Isso significa romper com o clientelismo, autoritarismo, corrupção e burocratização que hoje ainda caracterizam nossos Estados.

Assumir a Seguridade Social como um direito significa desconstruir um discurso ideológico falso de que os Sistemas Universais são impossíveis, especialmente pela suposta impossibilidade de financiá-los.

É necessário afirmar que existem recursos para financiá-los. O que ocorre é que esses recursos, que deveriam ser investidos nos Sistemas Universais, são drenados para outras finalidades, como por exemplo, o financiamento da recente crise financeira mundial, que não é nada mais que o repasse direto de bilhões de dólares para alguns poucos especuladores capitalistas. Portanto, a sustentação dos Sistemas Universais é absolutamente possível, mas requer opções políticas que invertam prioridades no sentido de priorizar o bem coletivo de todos e todas.

Exige, ademais, que os Estados criem as condições materiais a partir da justiça tributária, o que significa reformas tributárias que distribuam riqueza e sejam mais justas, de modo que, os que têm mais, os que ganham mais, contribuam mais.



Agenda estratégica

No Paraguai, os grupos de mulheres, povos indígenas, trabalhadores/as organizados/as e não organizados/as, gays, lésbicas e transexuais, camponeses/as, pessoas com deficiência, pessoas vivendo com HIV/AIDS, da terceira idade, usuários, cidadãos e cidadãs, trabalhadores de saúde, do estado e independentes

Definimos:

Promover a construção de uma agenda de convergência dos movimentos sociais, que expresse as identidades em relação à construção de Sistemas Universais de Seguridade Social e Saúde e que sirva de orientação para uma ação coordenada que incida nas decisões no país, onde destacam-se:

Aprofundar o conceito de direito à saúde articulado e inserido ao debate geral do direito à Seguridade Social, dentro do marco dos direitos humanos, reconhecendo a diversidade cultural e promovendo o diálogo intercultural, afirmando a universalidade a partir do financiamento fiscal das políticas por parte do Estado, como horizonte de luta.

Reafirmar e aprofundar o que foi proposto no plano de governo em relação à política pública para a qualidade de vida e saúde da população, respeitando a universalidade, a integralidade e a equidade como princípios orientadores da Seguridade Social e a Saúde. Deve-se implementar as equipes da saúde da família, garantindo que todas sejam compostas por agentes comunitários de saúde e implementar as estruturas previstas no plano de governo atual.

Reivindicar recursos financeiros necessários que garantam a construção e desenvolvimento de sistemas universais de seguridade social e saúde, alcançando 90 USD (dólares) por habitante/ano como ponto de referência inicial, que deverá ser ajustado com base na necessidade. Desta forma, rechaçamos a não aprovação do imposto de renda da pessoa física, a postergação indefinida do imposto das empresas, produtores de soja e toda forma de evasão fiscal dos empresários. Nos comprometemos a reabrir o debate sobre a política fiscal do país a partir dos elementos apontados acima como mecanismo indispensável para garantir a universalização da Seguridade Social e da Saúde.

Construir uma estratégia sistemática e continuada de incidência política na estrutura geral do Estado: com os legisladores, deputados, prefeitos, juízes, fiscais e outros agentes de Estado, para que as diferentes esferas e poderes se orientem a partir da construção de sistemas universais de seguridade social no Paraguai.

Formar e informar amplamente à população, os trabalhadores/as da saúde e os funcionários e as funcionárias sobre a universalidade dos direitos, as características de um Estado garantidor de direitos, a democracia com justiça social, o sistema de seguridade social, o sistema de saúde pública e o seu funcionamento, a organização da participação nos espaços de gestão, a amplitude do conceito de seguridade social e as diferenças entre o universalismo, o asseguramento e o seguro.



Promover a participação para a tomada de decisões estratégicas - consciência do alcance estratégico dos processos, o que significa revogar a Lei 1032 e criar uma alternativa de lei que defina o Sistema Nacional de Saúde com base na universalização, a equidade e a integralidade, onde a gratuidade é necessária, mas não suficiente e que estabeleça a participação paritária, com autonomia política e administrativa, assegurando seu caráter incidente na tomada de decisões.

Reivindicar a conformação de Conselhos Autônomos de desenvolvimento por território social, presentes no plano de governo da Aliança Patriótica para a Mudança, como proposta dos movimentos sociais, que permita a definição de agendas territoriais integrais, que orientem o debate e a incidência na política pública, que possa se organizar entre as comunidades.

Construir um espaço de fiscalização dos serviços assistenciais para garantir que se incorporem às linhas da política nacional.

Promover a articulação dos processos de organização, mobilização e luta pela construção de um desenvolvimento alternativo e sustentável, o que significa que não aceitamos os modelos de produção baseados no monocultivo, que destroem a soberania alimentar e usam agrotóxicos de forma criminoso e extensiva, gerando impactos nocivos na cultura e na vida das populações.

Desenvolver uma campanha pela ratificação do convenio 102 da Organização Internacional do Trabalho-O.I.T como mecanismo para a garantia da Seguridade Social e da Saúde, assim como promover a ratificação de outros acordos vinculados ao tema.

Promover o reconhecimento, a valorização e a normatização do uso da medicina natural.

Rechaçar a regulamentação da Lei 4542/10, que trata da pensão para maiores de 65 anos em condições de pobreza, por considerá-la discriminatória, inequitativa e excludente e exigimos uma nova regulamentação que seja igualitária, equitativa e incluyente.

Incidir nos processos educativos dos/as cidadãos/ãs e dos/as trabalhadores/as da saúde para que os mesmos sejam formulados e desenvolvidos desde a perspectiva dos direitos humanos e da construção de sistemas universais de seguridade social e saúde.

Promover a integração dos recursos do Instituto de Previdência Social-I.P.S, da saúde militar e policial e outros sistemas previdenciários.

Incidir na organização das urgências e das hospitalizações, com base na garantia de condições adequadas de trabalho.

Promover e fortalecer o debate público, as mobilizações e o controle da gestão pública na perspectiva da exigibilidade dos direitos.

Incidir na formulação das propostas programáticas nas próximas eleições municipais, para comprometer aos cidadãos, prefeitos e vereadores na construção e desenvolvimentos de Sistemas Universais de Seguridade Social e Saúde.

Exigir a tradução para a língua Guarani de todas as Leis relacionadas a estes debates.



A nível regional

Garantir o intercambio de experiências de organização, mobilização e incidência entre os líderes sociais e comunitárias.

Promover o intercâmbio dos processos de formação política a nível regional.

Organizar eventos sobre a participação, descentralização e reforma do Estado dentro do marco da construção de políticas universais com enfoque regional, priorizando o Mercosul (sugere-se um evento em Assunção em novembro de 2010), e a Região andina (sugere-se um evento em Bogotá).

Promover processos de acordos que garantam o acesso aos serviços de saúde à população que vive em zonas de fronteira.

Promover a incidência dos movimentos sociais no Conselho da Saúde da União das Nações Sul-Americanas-UNASUL e do Mercado Comum do Sul-MERCOSUL, através das comissões da sociedade civil, para materializar a proposta do Sistema Sul-Americano de Saúde.

Preparar as delegações nacionais e os pontos de conexão com a I Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social que acontecerá em Brasília nos dias 01 a 05 de dezembro de 2010.

Lançar a convocatória, publicação e mobilização para a realização do IV Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social em janeiro de 2010 em Dakar/Senegal/África.

Promover a mobilização na Argentina, Brasil e Paraguai para a ratificação da revisão dos acordos binacionais de Itaipu e Yasyretã, tendo em vista o fortalecimento do financiamento das políticas sociais universais.

Promover debates nacionais-regionais em relação à necessidade de construção dos Sistemas Universais de Seguridade Social e Saúde no marco dos próximos processos eleitorais na região.

Asuncion/Paraguai, 10 de Agosto de 2010.

Organización Convocantes: *Foro Social Mundial de la Salud, Plan Internacional, Beca, CUT-A, CUT –Brasil, Medicos del Mundo Cono Sur, Asociación Paraguaya de Enfermería, Movimiento Nacional por el derecho a la salud, TESAIKEKA Paraguay, Fundación Vencer, FUNDAR, CAMSAT, ARIFA, Tatarendy, UNES, ACPAE Ib, CONAMURI, Asociación de personas con Enfermedades Desmielidizantes, Operación Milagros, OLT, OPUMI, Asociación Tayi, Coordinadora de Mujeres Unidas, Asociación de Mujeres Indigenas del Guaira, Mujeres Unidas de concepción, Comité Juaju, Organización de Mujeres de San José, Organización Campesina San Joaquin, Foro permanente de salud mental, Federación Nacional de Mujeres del Paraguay, Colectivo de Salud Mental el Ombligo de Ingrid, Panambi, COSOR, Grupo de acción y Discusión India Juliana.*

